

Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Populismos e Democracia
26 a 28 de maio de 2019
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 8: Teoria do Discurso e Comportamento dos Partidos Políticos

Comportamento ideológico dos parlamentares peemedebistas em 2015 e 2016.

Lucas Garcia da Silva
Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência
lucasgarciaads@gmail.com

Comportamento ideológico dos parlamentares peemedebistas em 2015 e 2016

Lucas Garcia da Silva

RESUMO:

O presente trabalho visa classificar o comportamento ideológico dos deputados federais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em 2015 e 2016. A metodologia adotada segue o modelo apresentado pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso, do PPG em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Calcada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, parte-se do pressuposto de que devido a heterogeneidade interna dos partidos políticos não é possível classificá-los de forma homogênea, mas sim, através de suas políticas e ações. Os sentidos sobre direita e esquerda advêm do próprio campo da representação política. Para cumprir o objetivo principal, foram analisados 325 projetos de lei documentados pelos parlamentares peemedebistas no período de 1 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2016. Realizado todo o processo, identificou-se que os PLs no período proposto tenderam a estar mais à direita do espectro ideológico.

PALAVRAS-CHAVE: PMDB, Ideologia, Projeto de Lei

Introdução

Este trabalho tem como objetivo identificar o comportamento ideológico dos deputados federais da bancada do PMDB¹ em 2015 e 2016, através de uma análise discursiva sob os projetos de lei submetidos pelos mesmos. Calcada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, a metodologia de classificação aqui pretendida segue o modelo proposto pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, o qual elaborou um Quadro de Sentidos Ideológicos divididos em três grandes áreas – Estado, Economia e Social - englobando uma

¹ Em dezembro de 2017, os integrantes do PMDB, em convenção nacional, aprovaram a mudança do nome do partido para Movimento Democrático Brasileiro, excluindo a letra “P” e voltando a usar o nome que deu origem à agremiação ainda no período da ditadura civil-militar. Este trabalho irá se referir ao partido como PMDB pelo fato do recorte temporal se dar ainda na nomenclatura antiga.

série de sentidos sobre respectivos temas. Estes sentidos foram extraídos e formulados a partir do próprio campo discursivo da representação política parlamentar.

Fundado no início do regime militar, em 1965, após o Ato Institucional de número 2, o PMDB (à época MDB) possui uma longa trajetória na política brasileira. Já esteve três vezes na Presidência da República. Primeiramente com José Sarney, entre 1985 e 1990. O segundo foi Itamar Franco, entre 1992 e 1995. E o terceiro, foi Michel Temer, que assumiu o cargo em agosto de 2016 e ficou até o final de 2018. Além do mais, ocupou pelo menos uma cadeira nos ministérios de todos presidentes desde a redemocratização, em 1985. O partido sempre mostrou muita habilidade ao conseguir infiltrar-se no governo, independente do partido e da ideologia que estava no poder. Por se tratar de uma agremiação de centro e com um elevado número de representantes políticos, o PMDB consegue fazer coligações com partidos de direita e de esquerda sem perder eleitores e causar dissolução interna (MELO, 2013).

Escolhemos o PMDB por se tratar de um partido caracterizado como centrista, que tem ampla capacidade de dialogar com partidos dos mais diversos espectros ideológicos devido à sua grande dimensão no campo político (MELO, 2013). E por existir uma escassez de estudos relacionados ao partido (FERREIRA, 2002; FERREIRA e RIBEIRO, 2009; MELO 2013; SANTOS 2017). O período de estudo, 2015 e 2016, é relativo aos anos em que o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, teve seu início e sua conclusão, resultando na chegada de Temer à presidência. Portanto, um estudo das ações do PMDB, entendendo o direcionamento de suas políticas, se mostra fundamental para a compreensão da identidade ideológica do mesmo, e de sua atuação durante um período crucial no cenário político brasileiro em que o partido foi protagonista num processo de *impeachment*.

Marco Teórico

Como dito na introdução, a metodologia utilizada para a classificação ideológica dos projetos de lei é embasada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. Devido a isto, antes de abordarmos como se deu o processo metodológico, será apresentado, de maneira breve, o marco teórico que o fundamentou.

A Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau tem como objetivo criar mecanismos e ferramentas que possam promover uma ampla compreensão do social, “uma vez que o seu próprio entendimento se dá a partir da construção de ordens discursivas, sendo a questão do poder central e constituidora de relações sociais” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p.47). Para a formulação de sua teoria, Laclau partiu de uma revisão do pensamento marxista, criticando a ideia de que a sociedade tenha um fundamento, em que o modo de produção econômico passa a ser o fator determinante do social e seu desenvolvimento. O marxismo é entendido como um modelo de estudo incapaz de conceber as relações sociais

contemporâneas devido ao fato de as sociedades atuais estarem cada vez mais complexas e fragmentadas, dotadas de inúmeras centralidades. Devido a isso, Laclau critica a visão essencialista que o pensamento marxista possui, tornando a sociedade um objeto de conhecimento pleno, explicando todas as relações sociais a partir de uma determinação econômica.

Para Laclau, o social não pode ser tratado de forma homogênea devido suas inúmeras significações, portanto, não é algo a ser simplesmente esclarecido, mas sim compreendido, a partir das inúmeras possibilidades de alcançar múltiplas verdades, as quais são sempre contingentes e precárias (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014). Laclau apoia-se sobre a ideia de sobredeterminação, implicando que o social não possui um final, não realizando inteiramente uma utopia. As possibilidades de significação são infinitas, permeadas por relações com características precárias e contingentes. Dito isto, o pensador construiu a noção de “impossibilidade da sociedade”, em que a mesma é impossível de ser analisada como um todo unificado pelo fato dos sentidos sociais serem mal fechados e incompletos. Portanto, a possibilidade de um projeto político definitivo ser vitorioso é algo impossível, pois não existe um fim na sociedade (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

A principal categoria que fundamenta a teoria de Laclau é o discurso. Este discurso aqui trabalhado, não é compreendido apenas na fala dos sujeitos, abrangendo também as ações. Segundo Mendonça e Rodrigues (2014, p. 49), “discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a noção de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais, são ações significativas”. Para Burity (2014, p. 66) “O discurso é uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes”. Este discurso é contingente, pois está inserido dentro de um contexto, dentro de uma estrutura de sentidos provinda de sua própria historicidade. E precário, não possuindo finidade, constantemente novos significados sendo atribuídos a si através das relações sociais.

A formação do discurso é construída a partir de uma prática articulatória. Esta prática articulatória é estabelecida através de elementos, sentidos que flutuam sem estarem articulados, que passam a se articular em torno de um ponto nodal, transformando-os em momentos dentro de uma cadeia de equivalência. O resultado deste processo é o discurso. Segundo Mendonça e Rodrigues (2014 p.50), para Laclau e Mouffe (1985): “articulação é uma prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação”.

O conceito de discurso deriva uma série de outras categorias importantes para a teoria laclauniana, falaremos agora sobre o antagonismo. O discurso antagonico é sempre um

discurso exterior, uma ameaça a uma determinada ordem discursiva. É decisiva a presença de um inimigo comum para a articulação dos elementos, e é neste inimigo que o conceito de antagonismo se encaixa. Portanto, o antagonismo resulta da impossibilidade da consolidação de uma totalidade discursiva, por causa da presença de um discurso antagônico que impede sua constituição plena. A relação antagônica é interior/exterior, pois a presença constante de um impede a constituição completa do outro. Porém, além da impossibilidade da consolidação de uma totalidade discursiva, o antagonismo é também a condição da possibilidade da própria condição discursiva, pois o discurso também se constitui na sua diferença (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

O terceiro conceito que será abordado aqui é o de hegemonia. Trata-se de uma relação em que, uma determinada identidade passa a representar inúmeros elementos que entram em uma lógica de equivalência, de forma precária e contingente. As identidades são construídas de maneira incompleta, ou pelas suas relações com outras identidades, ou por suas articulações serem carentes de sentidos, ou pelo seu corte antagônico, sua negação. Daí que surge a ideia de hegemonia, visando preencher esta incompletude (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014). Este processo de consolidação de uma ordem hegemônica tem início em um discurso específico que, de determinada maneira, passa a representar discursos ou identidades dispersas no social.

Metodologia

Visto a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, apresentaremos agora, a metodologia de classificação ideológico-partidária elaborada pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, a qual foi utilizada neste trabalho.

Primeiramente, a ideia desta nova metodologia surgiu pois, acredita-se que devido à heterogeneidade interna dos partidos políticos, não se deve caracterizá-los como um todo, mas sim através de suas políticas e ações. Acredita-se também, que a caracterização proposta por Limongi e Figueiredo (1995) para o Brasil, predominantemente utilizada pelos cientistas políticos brasileiros, a qual coloca os partidos PDS/PPR/PPB/PP, PFL/DEM e PTB no âmbito da direita; PMDB/MDB e PSDB no centro; PDT e PT na esquerda, está defasada. O grupo de pesquisa elaborou um Quadro de Sentidos Ideológicos, a fim de guiar a classificação, dividido em três grandes áreas: Economia, contendo os assuntos referentes a, desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, geração de emprego e renda e relações de consumo; Estado, remetendo a questões sobre administração pública, importação/exportação, política externa, previdência, privatizações-concessões, reforma política, segurança e tributação; Social, composta por cidadania, educação, inclusão social, indígenas, infância e juventude, LGBTs, meio ambiente, mulheres, negras e negros, relações agrárias e relações de emprego. Este quadro, que engloba uma série de sentidos, foi

formulado a partir dos pronunciamentos dos parlamentares federais no próprio campo da representação política. Os sentidos possuem quatro pontos dentro do espectro ideológico: Esquerda Conservadora, Esquerda Liberal, Direita Liberal e Direita Conservadora. O conteúdo dos materiais analisados é classificado segundo área, subárea, e pontos do espectro. Existe também a possibilidade de classificar o material analisado como Sentido Hegemônico e Não Classificável. O primeiro trata-se de um discurso que pode estar inserido tanto no espectro da direita como no da esquerda, já o segundo diz respeito à quando o material analisado não possui algum sentido ideológico.

Uma forma de atingir o objetivo principal deste trabalho, verificando o comportamento ideológico do PMDB no período de estudo, utilizando esta metodologia, é analisar as políticas e ações dos parlamentares do partido no Congresso Nacional. Projeto de Lei é um dispositivo interessante para isto, pois trata-se de um conjunto de normas que são submetidas a uma tramitação dentro do poder legislativo. Por tanto, extrair os sentidos ideológicos destes PLs mostra-se uma medida eficaz para analisar o comportamento ideológico dos parlamentares, sendo possível identificar o direcionamento de suas políticas.

A coleta dos projetos de lei foi feita no site <http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>. Seguiu-se os passos necessários para encontrar os projetos propostos pelos deputados federais do PMDB, em 2015 e 2016, e foram encontrados 1000² PLs. A partir disso, os arquivos de cada um foram baixados em PDF, a fim de organizar o material e encontrar os projetos da área escolhida neste estudo. Foram criadas quatro pastas, Economia, Estado e Social, e Não Classificável. Na medida em que a área de atuação do projeto fosse identificada na sua leitura, o PL era alocado para a pasta da área determinada³.

Optou-se por analisar apenas os PLs que tangem a área de Estado, 325, devido ao número total de projetos (1000) ser inviável de serem analisados por completo durante período que se tinha para realizar esta pesquisa. A escolha da área Estado em detrimento de Social e Economia foi por dois motivos. Social se deu pelo fato de estudos de diferentes partidos, utilizando esta mesma metodologia de classificação ideológica partidária, indicarem que o discurso ideológico dentro de políticas propostas no âmbito Social tende a ser mais direcionado à esquerda (GOMES, 2016; LUZ, 2017), por tanto, preferiu-se estudar uma área

² No momento em que o download dos PLs foi feito, em maio de 2017, o site da Câmara dos Deputados indicava que em 2015 e 2016 os deputados federais do PMDB publicaram 1001 projetos. Atualmente, novembro de 2018, o site indica que foram 1012. Devido a impossibilidade de encontrar os 11 faltantes, a análise foi feita com os PLs encontrados na primeira busca. Destes 1001 encontrados, estava o PL 3391-2015 apresentado pelo deputado Cabo Daciolo, que na época estava sem partido, portanto foi excluído da análise.

³ Foram encontrados 176 PLs na área Economia, 325 em Estado, 322 em Social e 177 Não Classificáveis.

em que o número de PLs entre esquerda e direita talvez seja mais distribuído. O motivo da não utilização da área Economia se deu pelo fato do objeto de estudo, o PMDB, ser um partido que visa sempre estar inserido nos aparelhos do Estado, para tanto, viu-se com maior interesse a área de Estado e não Economia.

A análise dos projetos de lei em Estado teve o auxílio do programa Excel. Foram criadas duas planilhas, uma para cada ano, e cada planilha contava com oito colunas indicando número do projeto de lei, ementa, data, autor, a explicação do que era proposto, caput, subárea, espectro ideológico, e qual sentido atribuído ao PL dentro do quadro de sentidos ideológicos.

Resultados da análise

Neste capítulo, trataremos sobre os resultados das classificações dos PLs, da grande área Estado, em 2015 e 2016. Primeiramente mostraremos como as análises foram feitas dentro das subáreas para depois chegarmos no resultado geral.

Segue na Tabela 1, as subáreas que os projetos de Lei se encontraram. São 176 no total, excluindo os 7 PLs hegemônicos e os 142 não classificáveis.

TABELA 1 – Subáreas (2015-2016) (%) (n)

Subárea	2015	2016	Total
Tributação	33 (58)	18 (32)	51 (90)
Segurança	23 (41)	12 (21)	35 (62)
Administração Pública	1 (2)	3 (6)	4 (8)
Reforma política	2 (4)	1 (2)	3 (6)
Privatizações/Concessões	2 (3)	1 (2)	3 (5)
Importação/Exportação	0 (0)	2 (3)	2 (3)
Previdência	0,5 (1)	0,5 (1)	1 (2)
Total	62 (109)	38 (67)	100 (176)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Do total de 176 projetos de lei, 51% estão inseridos na subárea *Tributação*, sendo 33% em 2015 e 18% em 2016. Os PLs relacionados à *Segurança Pública* representam 35% do total, sendo 23% em 2015 e 12% em 2016. *Administração Pública* teve 4% projetos de lei, 1% em 2015 e 3% em 2016. *Reforma Política* teve 3%, sendo 2% em 2015 e 1% em 2016. *Privatizações/Concessões* contabilizou 3%, em 2015 foram 2% e 1% em 2016. *Importação/Exportação* obteve 2%, e estes 2% se deram no ano de 2016. Por último, *Previdência* teve apenas 1%, com 0,5% em cada ano de estudo.

Percebe-se um amplo interesse dos parlamentos do PMDB nas temáticas *Tributação* e *Segurança Pública*, que juntas contabilizaram 86% do total dos projetos de lei em Estado. Devido a isso, ambas receberão um tratamento especial.

Seguem os resultados dentro de *Tributação*, subárea com o maior número de projetos de lei.

TABELA 2 – PLs Tributação (2015 e 2016) (%) (n)

	Direita	Esquerda	Total
2015	44 (39)	21 (19)	65 (58)
2016	22 (20)	13 (12)	35 (32)
Total	66 (59)	34 (31)	100 (90)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A tabela 2 indica que, dos 90 PLs apresentados pelos deputados do PMDB, em 2015 e 2016, na subárea *Tributação*, 66% possuem um sentido à direita do espectro ideológico, enquanto 34% está à esquerda. Foram 44% do total identificados à direita no ano de 2015 e 22% classificados à direita em 2016. Quanto aos projetos de esquerda, 21% se deram em 2015 e 13% em 2016. Percebe-se que os projetos de lei no espectro da direita prevaleceram, sendo o ano de 2015 o período com o maior número absoluto de PLs submetidos nesta subárea.

Os principais sentidos que deram origem às classificações das políticas sobre *Tributação* no espectro da direita foram: “redução da carga tributária para estimular o empreendedorismo” e “menos impostos aumentam o poder de compra da população”. Já no espectro da esquerda, em sua maioria, seguiram os sentidos: “favorável ao incentivo fiscal às empresas somente quando houver contrapartida social” e “redução da tributação sobre bens e serviços básicos”.

Para exemplificar traremos dois exemplos, um de cada lado do espectro ideológico:

O projeto 6231-2016 apresentado em 04/10/2016 pelo deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), tem em seu caput: “Isenta as câmeras de monitoramento, os eletrificadores de cercas e os alarmes para proteção contra roubo do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI”. Tal proposição visa reduzir o imposto sobre equipamentos de segurança, com o intuito de que o preço destas mercadorias baixe e a população tenha a possibilidade de comprar estes itens de maneira mais acessível. Devido a isso, classificou-se este projeto de lei em “Estado-Tributação-Direita” por causa do sentido “menos impostos aumentam o poder de compra da população”.

O PL 3195-2015, apresentado em 01/10/2015 pelo deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB) diz em seu caput: “Autoriza as pessoas físicas e as pessoas jurídicas a deduzirem do imposto de renda devido as doações feitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação”. Tal medida visa que pessoas jurídicas possam ter imposto reduzido em troca de uma contrapartida social, que no caso do PL são doações ao Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação. Devido a isso, o projeto foi classificado como “Estado-Tributação-Esquerda”.

Seguimos agora para a análise feita dentro da subárea de *Segurança Pública*.

TABELA 3 – PLs Segurança Pública (2015 e 2016) (%) (n)

	Direita	Esquerda	Total
2015	55 (34)	11 (7)	66 (41)
2016	23 (14)	11 (7)	34 (21)
Total	78(48)	22 (14)	100 (62)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 3 mostra que, do total de 62 projetos de lei inseridos na subárea *Segurança Pública*, em 2015 e 2016, 78% estão alocados à direita do espectro ideológicos e 22% à esquerda. Dos 62 PLs, 66% foram submetidos em 2015 e 34% em 2016. Foram 55% classificados à direita em 2015 e 23% à direita de 2016. Em relação aos PLs de esquerda, 11% se deram em 2015 e os mesmos 11% em 2016. Percebe-se que nesta subárea, a direita teve uma larga vantagem.

Os dois sentidos que deram significação às classificações à direita do espectro ideológico, maioria nesta subárea, dentro de segurança pública foram: “maior punição aos criminosos” e “flexibilização do porte de armas para defesa patrimonial e pessoa”. Em relação aos PLs de esquerda, o sentido mais recorrente foi: “políticas reeducativas e de assistência social aos detentos”

Seguem os exemplos:

O PL 2618-2015 apresentado em 12/08/2015 pelo deputado Manoel Júnior (PMDB-PB), que diz em seu caput: “Altera o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar a pena do crime de roubo quando cometido nas dependências de estabelecimentos de ensino ou hospitalares”. A proposta visa aumentar a pena para quem praticou roubo em estabelecimentos de ensino ou hospitalares, portanto, o projeto de lei foi classificado como “Estado-Segurança Pública-Direita”.

O PL 873-2015 apresentado no dia 24/03/2015 pelo deputado Laudívio Carvalho (PMDB-MG), diz em seu caput: “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública, para instituir reserva de vagas para reeducandos do sistema prisional”. Visa-se destinar vagas de emprego para detentos em regime semiaberto, nas empresas que administração pública contrata. Por tanto tratando-se de uma medida de ressocialização de presos, classificou-se o PL como “Estado-Segurança Pública-Esquerda”.

Visto como se deu a disposição das subáreas dentro de Estado, em 2015 e 2016, identificando quais foram os principais destaques, e os sentidos que embasaram as classificações, olharemos agora como ficou a classificação no âmbito geral da pesquisa.

TABELA 4 – PLs em Estado (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	2015	2016	2015 e 2016
Direita	38	35	37
Esquerda	15	20	17
Sentido hegemônico	3	1	2
Não classificáveis	44	44	44
Total	100	100	100

N 2015 = 204; N 2016 = 121; N 2015 e 2016 = 325
 Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 4 mostra que, dos 204 projetos de lei inseridos na área Estado em 2015, 38% foram classificados à direita do espectro ideológico, 15% à esquerda, 3% contém sentido hegemônico e 44% foram diagnosticados como não classificáveis. Dos 121 projetos de lei inseridos na área Estado submetidos em 2016, 35% foram diagnosticados à direita do espectro ideológico, 20% à esquerda, 1% teve sentido hegemônico, 44% foram caracterizados como não classificável. Do total de 325 projetos de lei que foram apresentados na área Estado em 2015 e 2016, 37% foram caracterizados à direita do espectro ideológico, 17% classificados à esquerda, apenas 2% com sentido hegemônico e 44% são projetos não classificáveis.

Como pode ser observado, houve um alto número de PLs não classificáveis, por tanto, para uma melhor compreensão, analisaremos agora, apenas os PLs que estão inseridos dentro do espectro ideológico, excluindo os com sentido hegemônico e os não classificáveis, a fim de ter um melhor enquadramento do comportamento ideológicos dos parlamentares peemdebistas.

TABELA 5 – PLs Estado no espectro ideológico (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	2015	2016	2015 e 2016
Direita	71	63	67
Esquerda	29	37	33
Total	100	100	100

N 2015 = 109; N 2016= 67; N 2015 e 2016 = 325
 Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 5 mostra que, dos 109 PLs dentro da área Estado em 2015 que estão inseridos dentro de um espectro ideológico, 71% foram classificados como direita e 29% classificados como esquerda. Dos 67 PLs inseridos em algum espectro ideológico em 2016,

63% estão alocados à direita e 37% à esquerda. No total de 176 PLs dentro do espectro ideológico em 2015 e 2016 na área Estado, 67% foram classificados como de direita, 33% como esquerda.

Percebe-se que os projetos de lei no espectro da direita foram maioria. Embora a porcentagem de PLs classificados na direita diminuiu 8% em 2016, com relação à 2015, trata-se de um resultado bastante significativo, com uma diferença de 34% de um lado para o outro.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar o comportamento ideológico dos deputados federais do PMDB nos de 2015 e 2016, por meio dos projetos de lei apresentados pelos mesmos, inserindo na área de Estado, utilizando uma nova metodologia de classificação ideológica partidária calcada na teoria do discurso de Ernesto Laclau, em que os sentidos sobre esquerda e direita advém do próprio campo da representação política. O motivo do período selecionado se deu pelo fato do PMDB estar em extrema evidência no cenário político. Havia rompido com o Partido dos Trabalhadores, que ocupava a Presidência da República, articulado o processo de *impeachment* e chegado ao Poder Executivo.

O resultado das classificações mostrou uma ampla vantagem do espectro da direita, ao olhar apenas aqueles passíveis de classificação ideológica, foi possível observar que 67% dos PLs são de direita, e 33% de esquerda. Ao analisar cada ano separadamente, foi identificado que em 2015, ano em que o PMDB rompeu com o PT e iniciou o processo de *impeachment* de Dilma, foi quando se deu a maior concentração de PLs à direita. No ano seguinte, quando o PMDB chegou à Presidência da República, houve um aumento de 8% nas políticas de esquerda na relação com o ano anterior.

Ao verificarmos as subáreas dentro de Estado, *Tributação* e *Segurança* ocuparam 86% dos PLs submetidos, sendo a primeira com maior relevância. Em ambas a direita prevaleceu, e os principais sentidos identificados foram: “favorável ao incentivo fiscal às empresas somente quando houver contrapartida social”; “redução da tributação sobre bens e serviços básicos”; “maior punição aos criminosos”; e “flexibilização do porte de armas para defesa patrimonial e pessoa”.

Portanto, este trabalho possibilitou ver de que maneira se deu o comportamento ideológico dos deputados peemedebistas em um período em que o partido rompeu com a coalizão que ocupava a Presidência da República, articulou o processo de *impeachment* e tomou o lugar do antigo aliado. Em um momento que o PMDB se colocou em oposição à um partido dito de esquerda como o PT, as políticas visando à área Estado apresentadas pelos deputados peemedebistas no Congresso Nacional, tenderam para o lado oposto de seu antigo aliado.

Referências bibliográficas

BURITY, Joanildo Albuquerque. **Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau**. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. PósEstruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

FERREIRA, Denise Paiva. **PFL x PMDB: Marchas e contramarchas**. Goiânia: Alternativa, 2002.

FERREIRA, Denise Paiva e RIBEIRO, Pedro Floriano. **“O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local de PT e (P) MDB em perspectiva comparada”**. In: _____ BAQUERO, M. e CREMONESE, D. Eleições Municipais de 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.

GOMES, Rosana Alves. **O comportamento ideológico do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007) no âmbito da Política Social. 2016**. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MELO, Paulo Victor Teixeira Pereira de. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de *catch all* a cartel**. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. ***Hegemony and socialist strategy; towards a radical democratic politics***. London: Verso, 1996.

LIMONGI, F.e FIGUEIREGO, A. **Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. Dados, Rio de Janeiro**, vol. 38, nº 3, 1995.

LUZ, Michele Diana. **Em busca de um discurso social: A ideologia da política social do PSDB na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007)**. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de PósGraduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SANTOS, Carolina Costa Dos. **O programa partidário do PMDB: um estudo a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe**. 2017. 61f. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, 2017.